



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA PRÓ-
REITORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO DE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA – PROEAD
CURSO DE BACHARELADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

SOLANGE CRISTINA DO VALE

A INFLUÊNCIA DO VOLUNTARIADO NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

**JOÃO PESSOA
2018**

SOLANGE CRISTINA DO VALE

A INFLUÊNCIA DO VOLUNTARIADO NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
apresentado ao Curso de Administração
Pública, modalidade de ensino a distância, da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública, Linha de Formação
Específica (LFE) III - Gestão Governamental,
semestre 2018.1.

Orientador: Prof^a Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo

JOÃO PESSOA
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

V473i Vale, Solange Cristina do.
A influência do voluntariado na promoção da cidadania
[manuscrito] : -- / Solange Cristina do Vale. - 2018.
21 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em
Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba,
EAD - João Pessoa , 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de
Araújo , Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância."
1. Administração pública. 2. Cidadania. 3. Voluntariado.
I. Título

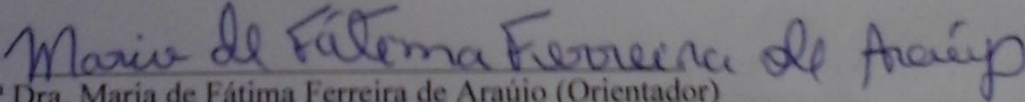
21. ed. CDD 351

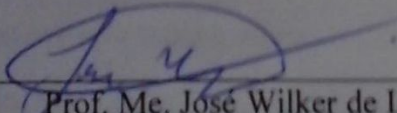
A INFLUÊNCIA DO VOLUNTARIADO NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

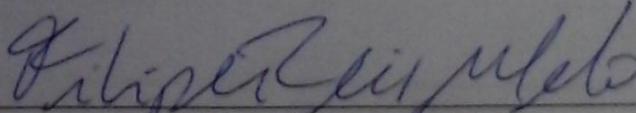
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
apresentado ao Curso de Administração
Pública, modalidade de ensino a distância, da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública, Linha de Formação
Específica (LFE) III - Gestão Governamental.
Semestre 2017.2.

Aprovada em: 17/03/2019

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. José Wilker de Lima Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Filipe Reis Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, Pai onipotente e Senhor de minha história por demonstrar seu amor e sua misericórdia a cada dia por meio das pessoas que passaram e continuam presentes em minha vida. Agradeço a sua fidelidade com aqueles que confiam e esperam em suas promessas.

Agradeço a minha família, peça fundamental para que eu concluísse essa graduação.

A meus irmãos Kárin, Kátia, Genielson e Valdir por serem amigos, companheiros e conselheiros.

Ao meu querido namorado Igor por seu amor e compreensão.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL E SUA CONSTRUÇÃO EPISTEMOLÓGICA	10
3	CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA E O TERCEIRO SETOR	13
4	A INFLUÊNCIA DO VOLUNTARIADO NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA	16
5	CONCLUSÃO.....	17
	REFERÊNCIAS.....	18

A INFLUÊNCIA DO VOLUNTARIADO NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

RESUMO

O trabalho voluntário possui uma grande importância no contexto contemporâneo em virtude de seu papel histórico na formação de grupos e de comunidades que lutavam por melhores condições sociais e econômicas da população. Este ensaio teórico objetiva refletir sobre a influência do voluntariado na promoção da cidadania brasileira, tendo em vista que no Brasil houve um crescimento das ONGs. Essas entidades são compostas em sua grande maioria por voluntários que desejam doar seu tempo e suas habilidades motivados pela luta em causas humanitárias, contribuindo para diminuição de sofrimentos de outros indivíduos, participando ativamente na construção de uma sociedade menos desigual e não possuem interesse fiduciário. Nesse sentido, realizou-se uma análise acerca do desenvolvimento do Terceiro Setor e suas principais teorias, da construção da cidadania brasileira e da influência do voluntariado na promoção da cidadania. Portanto, entendeu-se a partir das diversas leituras a respeito do tema que o voluntário possui relação direta com a elevação do nível de cidadania ativa.

Palavras-chave: Voluntariado, Cidadania, Terceiro Setor

ABSTRACT

Voluntary work is of great importance in the contemporary context by virtue of its historical role in shaping groups and communities struggling for better social and economic conditions of the population. This theoretical essay aims to reflect on the influence of volunteering in the promotion of Brazilian citizenship, considering that in Brazil there has been a growth of NGOs. Most of these entities are volunteers who wish to donate their time and skills motivated by the struggle in humanitarian causes, contributing to the reduction of the suffering of other individuals, actively participating in the construction of a less unequal society and have no fiduciary interest. In this sense, an analysis was made of the development of the Third Sector and its main theories, the construction of Brazilian citizenship and the influence of volunteering in the promotion of citizenship. Therefore, it was understood from the various readings about the subject that the volunteer has a direct relationship with the raising of the level of active citizenship.

Keywords: Volunteering, Citizenship, Third Sector

1-INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil possui baixa participação social, talvez esse fato se dê em virtude do processo de colonização e de exploração ocorrido a partir do século XV e, posteriormente o clientelismo político e o sistema assistencialista implantado que limitaram os indivíduos no desenvolvimento de uma consciência crítica acerca de questões civis, políticas e sociais. Com as dificuldades encontradas no território brasileiro, criaram-se várias entidades de caráter não lucrativo que objetivavam a prestação de assistência aos desprovidos de recursos materiais e a luta em causas ambientais.

Consequentemente, diante das dificuldades sociais e econômicas do país nos anos noventa houve um aumento das Organizações não governamentais (ONGs), principalmente na região Nordeste do Brasil. Essas entidades são compostas em sua grande maioria por voluntários (pessoas não remuneradas pelo trabalho que exercem) que desejam doar seu tempo e suas habilidades motivados pela luta em causas humanitárias, contribuindo para

diminuição de sofrimentos de outros indivíduos, participando ativamente na construção de uma sociedade menos desigual.

O voluntariado possui uma grande importância em nosso contexto contemporâneo em virtude de seu papel histórico na formação de grupos e de comunidades que lutavam por melhores condições sociais e econômicas da população, verificando-se sua presença desde da época colonial brasileira até os dias atuais. Nesse contexto, as organizações em que esses sujeitos participam possuem dois tipos de características referentes à racionalidade: instrumental e substantiva. A primeira enxerga o indivíduo por um viés utilitarista e a segunda refere-se às virtudes aristotélicas que cultivam o caráter pessoal dos sujeitos contrapondo-se a lógica da lucratividade exacerbada do sistema capitalista.

Salamon et al. (1999) nos mostram que o Terceiro Setor possui intensa participação nas economias da maioria dos países, gerando um grande número de trabalhos formais de voluntários. Dessa forma, surge alguns questionamentos: Qual o papel do voluntário no Brasil? Como as virtudes Aristotélicas são aplicadas em Organizações do Terceiro Setor? Qual o papel das organizações do terceiro setor na sociedade? O voluntariado influencia na promoção da cidadania?

Para responder a esses questionamentos o presente trabalho possui como objetivo refletir a influência do voluntariado na promoção da cidadania no Brasil, principalmente sobre questões epistemológicas acerca do fenômeno considerado um campo pouco explorado academicamente quando se trata de temas referentes à cidadania, ao voluntariado e ao terceiro setor. Entretanto, existem trabalhos que tratam da cidadania de forma mais ampla acerca de questões a respeito da democracia, da política, da educação, de movimentos sociais (FREIRE, 2009; GOHN, 2014; CARVALHO, 2017).

Partindo do pressuposto de que o voluntariado é um dos caminhos que levam a cidadania ativa, este ensaio teórico propõe uma reflexão sobre a influência do trabalho voluntário na promoção da cidadania brasileira. Nesse sentido, percebemos que no Brasil os estudos sobre esse fenômeno são incipientes, devendo ser promovido um maior debate acerca desse fato. Por essa razão, pretendemos contribuir teoricamente, no sentido de aprofundar o tema por meio de diálogos entre pesquisadores e, assim compreendermos as origens epistemológicas do Terceiro Setor e o desenvolvimento da cidadania ativa no território brasileiro como ferramenta de justa e de dignidade dos indivíduos.

Para tanto, estruturou-se o trabalho em três seções: A primeira refere-se ao desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil e sua construção epistemológica. O segundo

aborda a edificação da cidadania brasileira e o Terceiro Setor. E por fim, o terceiro trata da influência do voluntariado na promoção da cidadania.

2. DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL E SUA CONSTRUÇÃO EPISTEMOLÓGICA

O capitalismo surge no século XVIII como uma forma de mudança estrutural das relações de trabalho e de produção no mercado. Altvater (2010) expõe uma reflexão sobre a natureza destrutiva da economia de mercado que coloca em risco a humanidade, apontando a própria insustentabilidade do capitalismo que deve sofrer transformações. O autor aponta dois temas centrais, o capital e a energia, que devido ao seu mal uso origina conflitos e leva a uma verdadeira barbárie (fome, guerras, violência e outras mazelas), discutindo a polêmica do conceito de capitalismo, suas formas de apropriação privada e suas possíveis alternativas de mudanças sobre a ótica da solidariedade e da sustentabilidade.

Após a Revolução Industrial, segundo Marx houve uma transformação do sistema feudal para o capitalista. Antes desse acontecimento, o sujeito possuía um ofício, posteriormente, o mesmo indivíduo realizaria uma função em seu local de trabalho, sendo coisificado e enxergado como número, ou seja, apenas um dado (BRAVERMAN, 1987). Esse modelo de produção baseou-se na racionalidade instrumental apresentada por Weber para obtenção de eficiência e de lucratividade, infelizmente até os dias atuais, as organizações utilizam a racionalidade instrumental de maneira exacerbada, diminuindo a racionalidade substantiva investigada por Guerreiro Ramos.

No século XX, o capitalismo de produção transformou-se no capitalismo financeiro que exerce o controle dos indivíduos por meio do mercado financeiro, obtendo lucro através de ações, de títulos, da bolsa de valores e de outros (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Posteriormente, no século XXI, os sujeitos são influenciados por grandes organizações compostas por acionistas que detém o domínio sobre as relação econômicas, ambientes, culturais, sociais do mundo.

Diante desse contexto, qual a contribuição das organizações que movimentam um elevado capital para melhorar o mundo? Qual o papel das empresas nessa conjuntura? Qual o papel do Estado em diminuir as diferenças sociais, econômicas, educacionais? Dessa forma, percebe-se que quanto mais essa forma de capitalismo desumano cresce surge vários abismos sociais visualizados, muitas vezes, de forma indiferente por alguns sujeitos enquanto outra parte da sociedade sente-se sensibilizada e motivada a buscar uma transformação.

Perante essa situação de desafios ocasionados pelo capitalismo e pela falta de eficiência do Estado em gerenciar suas dificuldades, surge um terceiro setor, não governamental e não lucrativo, caracterizado como organizado, independente e mobilizador de uma dimensão voluntária do comportamento de pessoas (FERNANDES,1994). Entretanto, essas características não abarcam todas essas entidades, uma vez que algumas fazem parcerias e terceirizações com governo e são condicionadas por políticas governamentais, tendo isenção de impostos, possuindo indiretamente um fim lucrativo (BARROS; SANTOS, 2010).

Apesar das discordâncias de análises, percebemos de forma geral, que o Terceiro Setor surgiu como uma resposta a ineficiência do Estado em resolver problemas de ordem social, plantando na sociedade civil um desejo de solidariedade e de busca de uma realidade mais humana e digna para todos. Esse setor é composto por voluntários que nutrem sentimentos que os levam a doar seu tempo em causas humanitárias, em defesa de animais, de crianças, de idosos, do meio ambiente e outros segmentos

Diante do exposto, o presente trabalho limitará sua discussão em relação aos voluntários que compõem ONGs que não possuem interesse fiduciário na execução de suas atividades, entendendo que esses sujeitos possuem um grau de conscientização e emancipação diferenciado de outros indivíduos que não se preocupam com questões de ordem social para beneficiar de forma geral a coletividade.

Nesse entendimento, observamos por meio de investigações em relação ao voluntariado (CAVALCANTE, 2012; WILSON, 2000; SNYDER; OMOTO, 2008; CNAAN; AMROFELL, 1994; PICCOLI, GODOI, 2012) que suas características altruístas referem-se às virtudes aristotélicas que elevam a racionalidade substantiva em organizações, promovendo a emancipação e a análise crítica dos indivíduos diante dos acontecimentos. Dessa forma, entendemos que as ONGs são ambientes mais propícios para busca de uma formação pessoal, conscientização e participação social.

Nesse sentido, acreditamos que a atuação de ONGs sem um viés fiduciário propõem ambientes de transformação social, de acolhimento, de confiança e de cidadania. De acordo com Albuquerque (2006), o Manual sobre as instituições sem fins lucrativos (Handbook on Non-profit Institutions of National Accounts), elaborado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas em conjunto com a Universidade Johns Hopkins, possui os seguintes critérios para definir as entidades que compõem o Terceiro Setor:

- a) São organizadas formalmente, isto é, possuem estrutura interna, missão e objetivos definidos, diferenciando sócios e não sócios.
- b) São privadas, ou seja, desvinculadas institucionalmente do Estado.

- c) Administram suas atividades.
- d) Não distribuem lucros a seus proprietários ou administrados.
- e) Têm alto grau de participação cidadã ou do voluntariado, isto é, podem ser livremente constituídas por qualquer grupo de pessoas, sendo a atividade da entidade livremente decidida por membros.

O surgimento das organizações que compõem o Terceiro Setor ocorreu de forma diferenciada entre os países. O Quadro 1 apresenta as seis teorias aceitas para explicar o surgimento do Terceiro Setor e seus principais autores:

Teorias	Autores
Teorias dos Bens Públicos	Weisbrod (1977)
Teoria dos Empreendedores Sociais	Young (1986); James (1987); Rose-Ackerman (1996)
Teoria da Interdependência	Salamon e Anheier (1998)
Teoria da confiança	Hansmann (1980)
Teoria do Bem Estar Social	Flora e Heidenheimer (1981); Quadagno (1987); Salamon e Anheier (1998)
Teoria das Origens Sociais	Salamon e Anheier (1998)

Quadro 1: Teorias que explicam as origens do Terceiro Setor

Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, o Quadro 1 apresenta as seis teorias aceitas para elucidar as origens do Terceiro Setor em vários países e as razões para o crescimento dessas entidades em algumas regiões e outras não. Tais teorias não podem ser utilizadas como explicação absoluta, tendo em vista que trata-se de um campo relacionado às Ciências Sociais Aplicadas, sofrendo influências de outras áreas como economia, sociologia, psicologia dentre outras.

Essas teorias são compreendidas nesse trabalho por meio da visão funcionalista de mundo apresentada por Burrell e Morgan (1979). Os pesquisadores, na obra *'Sociological Paradigms and Organizational Analysis'*, afirmam que as teorias positivistas são enxergadas como estáticas no sentido em que tratam do *status quo*. Nesse entendimento, possuímos um olhar funcionalista acerca do desenvolvimento do Terceiro Setor e do fenômeno do voluntariado na promoção da cidadania brasileira.

No Brasil, segundo Fernandes (1994), o Terceiro Setor surgiu por meio da formação de grupos e de comunidades que auxiliavam indivíduos menos favorecidos. A Igreja Católica teve um papel importante na concepção desses grupos que já se faziam presentes em um

período colonial, ajudando aqueles que sofriam com as desigualdades materiais e sociais da época.

Posteriormente, a Igreja Católica por meio das pastorais incentivou a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) que expandiram a crença que se as pessoas pensarem juntas seriam capazes de se transformar e de mudar a Igreja e o mundo (FERNANDES, 1994). Foi através da instauração dessas comunidades que movimentos que reivindicavam melhores condições de moradia, de saúde, de trabalho perante o Estado destacaram-se: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), dos Trabalhadores Sem Teto (MSTS) e em defesa dos índios, dos negros, das mulheres, das crianças e outros.

Nesse sentido, ideais de edificar um mundo melhor motivaram e estimulam vários indivíduos a lutarem por diversos grupos, muitas vezes, excluídos socialmente. Propósitos e sentimentos levam os sujeitos a participarem de ONGs e a contribuírem de forma ativa para o desenvolvimento social. Altvater (2010) aponta quatro princípios que estabelecem o equilíbrio da sociedade: equidade, reciprocidade, redistribuição e solidariedade. A aplicação desses princípios de forma individual levará a prática da justa, devendo a humanidade buscar a solidariedade e a sustentabilidade como premissas chaves para uma transformação social.

A seguir apresentar-se-á questões históricas que influenciaram direta ou indiretamente na cidadania brasileira.

3 – CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA E O TERCEIRO SETOR

Talvez o processo de colonização influenciou na construção da cidadania brasileira, sendo diferente da edificação da cidadania no Estados Unidos e em países europeus. De acordo com Ribeiro (2015), a cultura brasileira é uma obra de retalhos com a junção dos índios, dos negros e dos europeus, surgindo dessa fusão genética, cultural e espiritual um povo mestiço. Para o autor, a formação desse povo originou diversas diferenças culturais, modos, dialetos que permitem distinguir sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste.

A história do Brasil marcou-se inicialmente pela exploração de suas riquezas naturais, da tentativa de escravizar o índio e pela presença de prisioneiros, de homicidas e de mulheres não bem aceitas em Portugal que vieram para a nova terra. Posteriormente, o fracasso da escravização indígena resultou na escravização de negros vindos do continente africano.

O processo de escravidão pode ter influenciado na baixa autoestima do povo brasileiro, mas os Estados Unidos também passou pela escravidão e pela segregação e mesmo

assim possuem uma autoestima melhor. Por quê? Por que nosso nível de cidadania é diferente de países europeus? O fato do Brasil não ter participado da Primeira e da Segunda Guerra Mundial fez diferença na construção de nossa cidadania? Talvez o processo de escravidão não tenha sido um fator determinante para o nível de cidadania de um povo, mas sim como, ao longo da história, uma nação reagi ao poder de dominação e de exclusão social.

É evidente como, muitas vezes, os brasileiros acham-se inferior e subalterno diante de outros países desenvolvidos economicamente. Absorvemos a literatura acadêmica e aplicamos em nosso contexto, embora não retratem a realidade vivenciada em nosso país. Fora do contexto acadêmico, percebemos como programas televisivos, músicas, gírias são absorvidas sem a mínima reflexão, compreensão e poder de escolha por grande parte da população. Esses fatos de alguma forma influenciam em nossas atitudes diante dos desafios, levando à passividade.

Apesar da pouca participação ao longo da história dos brasileiros, verifica-se um crescimento de ONGs a partir do anos noventa (AVRITZER, 2010). No Brasil, a Igreja Católica teve e tem uma forte atuação social diante dos problemas enfrentados pelos menos favorecidos. Após o surgimento das cidades no Brasil, houve o desenvolvimento da cidadania e a urbanização desordenada gerou cidadãos marginalizados e excluídos (HOLSTON, 2013).

Dessa forma, entendemos que a exclusão social pode privar os indivíduos de exercerem sua cidadania e obterem dignidade humana e condições de exercerem sua participação social. A medida que esse constructo é exercido por uma nação seus laços de confiança e sua concepção acerca de uma dada realidade são transformadas. Infelizmente, na cultura brasileira esconde-se uma profunda distância social gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu (RIBEIRO, 2015).

Apesar de sermos um só povo ainda estamos muito divididos em argumentos próprios e individualista que acabam nos afastando e nos impedindo de desenvolver uma participação ativa e um compromisso com nossa sociedade. Compreendemos que o processo de transformação se dará por meio de uma mudança primeiramente de caráter individual que levará a uma postura crítica diante dos acontecimentos.

A obra da socióloga Gohn (2000), *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*, investiga os movimentos sociais por cerca de vinte anos, refletindo sobre o crescimento dessas instituições sem fins lucrativos e a diminuição dos movimentos sociais. De modo que observamos que a partir dos anos noventa houve um crescimento dessas entidades, isto é, podemos considerar que os brasileiros estão em busca da promoção da digna humana, da defesa dos menos favorecidos, trocando uma cidadania passiva vivenciada por anos por uma cidadania ativa.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 reconheceu os direitos de cidadania tratando de elementos de proteção social como direitos individuais e coletivos. Nesse sentido, a cidadania, no sentido “cívico”, enfatiza as dimensões de universalidade, generalidade, igualdade de direitos, responsabilidades e deveres. A dimensão cívica articula-se à ideia de deveres e responsabilidades, à propensão ao comportamento solidário, inclusive relativamente àqueles que, pelas condições econômico-sociais, encontram-se excluídos do exercício dos direitos, do “direito a ter direitos” (TEIXEIRA, 2001).

Cidadania relaciona-se à luta permanente dos sujeitos para conquistar uma condição digna para si e os demais (CARVALHO, 2017). Para Marshall (1967), trata-se de um status concedido àqueles que são membros completos da sociedade que se envolvem integralmente na comunidade. O pesquisador coloca que este constructo envolve três tipos de direitos: civis, políticos e sociais. O primeiro trata da liberdade individual, de pensamento, de fé e o direito à vida e à justiça. O segundo refere-se à participação no exercício do poder político. E por fim, o terceiro relaciona-se ao bem estar econômico, à segurança, à saúde, à educação, ao trabalho, à salário justo e dentre outros.

Demo (2001) discute a cidadania e suas polêmicas presentes na sociedade brasileira. Para o autor, o contexto de baixa taxa de associativismo em partidos políticos ou em associações comunitárias, apesar de ter ocorrido um período positivo no Brasil como a mobilização em torno da Constituição de 1988, o impedimento do Presidente Collor, o movimento popular em torno do combate à fome liderado por Betinho no Governo Itamar Franco e a presença do MST retrata a evolução gradativa da cidadania organizada que se dá de forma lenta.

O termo cidadania fez surgir diversas teorias a seu respeito na última década do século XX (CARVALHO, 2017). A ideia desse constructo surge como uma condição que não é pronta, mas que precisa ser construída pelos sujeitos em comunhão com os demais, sendo algo emancipatório (FREIRE, 2009). Dessa forma, entende-se que a qualidade da cidadania não se obtém com pressa ou alarde, mas plantando com insistência e sistematização, de forma que são fartos os sinais de que somos um povo capaz de escrever sua própria história a peso de sua cidadania consciente e organizada (DEMO, 2001).

Portanto, a cidadania nesse trabalho refere-se à conscientização do indivíduo para exercer de forma individual e coletiva seus direitos e suas responsabilidades perante os desafios sociais presentes no contexto contemporâneo. A seguir abordar-se-á a promoção da cidadania por meio do voluntariado

4- A INFLUÊNCIA DO VOLUNTARIADO NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA

A abordagem Aristotélica enfatiza a importância da comunidade e da necessidade de encarar as organizações como uma instituição humana a serviço dos seres humanos e não como uma máquina. Tal abordagem contrapõe-se a teoria ética do utilitarismo tão enraizada na sociedade capitalista. Dessa forma, deve-se promover a prosperidade, cultivando as virtudes e os valores que levam os indivíduos à felicidade (SOLOMON, 2006; JACKSON, 2013).

Nesse sentido, o cultivo das virtudes na sociedade pode levar os sujeitos a práticas que elevem o nível seu nível de cidadania. Giddens (2007) apresenta um triângulo composto por três vértices: Governo, democracia e poder econômico. Quando esses vértices funcionam de forma eficiente originam uma sociedade igualitária, justa e com um senso de cidadania elevado. Entretanto, existem três obstáculos na relação entre Governo e sociedade civil: 1) O próprio Governo que distancia-se do povo e, posteriormente é considerado inimigo; 2) Dogmas de mercado que refere-se à crença de que a adoção de uma mão invisível e a privatização sejam o sinônimo de democracia e de capacitação, colocando os cidadãos como consumidores dependentes; 3) Anseio por comunidade, isto é, na ânsia de restaurar valores as pessoas impõe as outras seus próprios valores culturais.

Nesse sentido, observa-se que a sociedade civil possui papel preponderante nesse equilíbrio, sendo necessário diminuir abismos sociais para alcançarmos resultados satisfatórios (MORIN, 2013). Infelizmente, o Brasil é um dos países da América Latina que possui números alarmantes de pessoas à margem da sociedade, sem condições de alimentação. Possuímos um grande número de desempregados sem nenhuma perspectiva de mudança no cenário econômico.

Diante do cenário brasileiro, verificamos o crescimento do número de ONGs, demonstrando uma maior participação social dos indivíduos por meio do voluntariado. Através do mapeamento realizado pelo Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS) vinculado ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, observamos o crescimento do número de voluntários em ONGs voltadas à cultura, à cidadania, ao artesanato, à juventude dentre outras. Nesse sentido, compreendemos que esses sujeitos procuram desenvolver virtudes aristotélicas que possuem seis parâmetros apontados por Salomon (2006): Comunidade, excelência, filiação; integridade; julgamento e holismo.

Apesar do crescimento de pesquisas relacionados ao Terceiro Setor, ainda permanecem dúvidas relacionadas ao termo "voluntariado" que abrange um grande número de

atividades diferenciadas (WILSON, 2000). De acordo com a concepção do autor, verifica-se que cada tipo de voluntário possui características diferenciadas, dependendo de sua área de atuação seja campo da educação, seja na saúde, e que de acordo com a organização em que atue, haverá algumas particularidades referentes à missão, aos objetivos, à empatia, ao comportamento e às habilidades.

Pesquisas apontam que voluntariado estimula a cidadania (FLANAGAN et al, 1998; MUSICK e WILSON, 2008; FLANAGAN et al, 1999) por promoverem relações alicerçadas na confiança, na busca de uma transformação social e de pensamento, objetivando a construção de uma sociedade justa e digna. Assim, é pertinente que a sociedade civil assuma responsabilidades diante de problemas que o desenvolvimento e o crescimento econômico deveriam resolver, participando ativamente, principalmente em escalas locais, auxiliando na redução das desigualdades (MORIN, 2013).

5- CONCLUSÃO

O trabalho voluntário auxilia os indivíduos na promoção de uma cidadania ativa que objetiva o bem coletivo por meio de práticas que transformem realidades. Nesse sentido, percebemos que um dos caminhos percorridos para obtermos uma sociedade mais justa e solidária dar-se-á através da conscientização e da emancipação dos indivíduos e da busca em estabelecermos valores referentes à confiança, a relações coesas e harmoniosas.

Nesse sentido, exercer a cidadania ocorre quando todos cooperam para o bem de uma sociedade, reivindicando direitos civis, políticos e sociais de forma crítica e desempenhando deveres, tendo em vista que esse constructo é uma via de mão dupla. Cada vez mais, as organizações do Terceiro Setor são locais onde a cidadania desenvolve-se, exigindo dos voluntários uma participação social. Diferentemente do que é colocado por Demo (2001) acerca da filiação de indivíduos a sindicatos e a associações que não exigem uma participação ativa de seus filiados, podendo o sujeito se comportar passivamente, compreendemos que para exercer o trabalho voluntário é necessário um envolvimento direto com a causa defendida.

É notório que os países europeus e os Estados Unidos possuem um elevado nível de cidadania, tendo em vista que possuem uma menor desigualdade social quando comparados a países como o Brasil. Dessa forma, compreendemos que os abismos econômicos e sociais entre pessoas pobres e ricas interferem no desenvolvimento da cidadania, pois os

marginalizados não possuem ferramentas que os auxiliem na luta por seus direitos como acesso à educação, à saúde e à justiça.

Portanto, quando uma nação eleva seus investimentos no ensino caminha para promoção da dignidade humana, refletindo diretamente no nível de cidadania de seu povo. O crescimento das ONGs e do número de voluntários a partir do anos noventa demonstra que aos poucos os brasileiros vem se envolvendo de forma direta e participativa em questões sociais, lutando ainda que de forma tímida por seus direitos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. C.C.D. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus. 2006.
- ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro – RJ. Civilização Brasileira, 2010.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, L. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. Belo Horizonte: Cortez, 2010.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, Ê. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1996.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3 Ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. "**Sociological Paradigms and Organizational Analysis**", Heineman, London, 1979.
- CARVALHO, Jaciara De Sá. UMA CONCEPÇÃO DE CIDADANIA (PLANETÁRIA) PARA FORMAÇÃO CIDADÃ. **Revista Inter Ação**, v. 42, n. 1, p. 105-121, 2017.
- CNAAN, Ram A.; AMROFELL, Laura. Mapping volunteer activity. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 23, n. 4, p. 335-351, 1994

GOHN, Maria. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. Cortez, 2000.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumaré, 1994.

FLANAGAN, C. A., BOWES, J. M., JONSSON, B., CSAPO, B., & SHEBLANOVA, E. Ties that bind: Correlates of adolescents' civic commitments in seven countries. **Journal of Social Issues**, 54(3), 457-475, 1998.

FLANAGAN, C., JONSSON, B., BOTCHEVA, L., CSAPO, B., BOWES, J., MACEK, P., AVERINA, I., & SHEBLANOVA, E. **Adolescents and the “social contract”**: **Developmental roots of citizenship in seven countries**. In M. Yates & J. Youniss (Eds.), *Roots of civic identity* (p. 135-155). New York: Cambridge University Press, 1999.

FLORA, Peter; HEIDENHEIMER, Arnold Joseph (Ed.). **The development of welfare states in Europe and America**. Transaction Publishers, 1981..

FREIRE, N. Contribuições de Paulo Freire para a pedagogia crítica: Educação emancipatória: a influência de Paulo Freire na cidadania global ou A influência de Paulo Freire na educação para a autonomia e a libertação. *Teoría de la Educación. Educación y Cultura en la Sociedad de la Información*, v. 10, n. 3, p. 141-158, 2009.

GIDDENS, Anthony (Org.) **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo – SP: Editora UNESP, 2007.

HANSMANN, Henry B. The role of nonprofit enterprise. **The Yale law journal**, v. 89, n. 5, p. 835-901, 1980.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2013.

JACKSON, T. **Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito**. São Paulo: Planeta Sustentável. 2013.

JAMES, E. **The nonprofit sector in comparative perspective**. In: POWELL, Walter (org). *The Nonprofit Sector a research handbook*. New Haven: Yale University Press. 1987

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1967.

MORIN, E. **A via**. São Paulo: Brussell, 2013.

PICCOLI, Pedro; GODOI, Christiane. Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 62, 2012.

QUADAGNO, J. Theories of the Welfare State. **Annual Review of Sociology**. 13. p.109-128, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

ROSE-ACKERMAN, S. **The economics of non profit institutions: Studies in structure and policy**. Oxford University Press, USA, 1986

SALAMON. L. M. *et al.* **Global Civil Society: dimensions of the Non-profit Sector**. Johns Hopkins University, Institute for Policy Studies, Baltimore, Maryland. Connors, Tracy, ed., The Volunteer Management Handbook. New York: John Wiley & Sons, 1999.

SALOMON, L. M. ; ANHEIER, H. K. Social origins of civil society: Explaining the nonprofit sector cross-nationally. **Voluntas: International journal of voluntary and nonprofit organizations**, 9(3), 213-248, 1998.

SALOMON, Robert C. **Ética e Excelência**. Cooperação e integridade nos negócios. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2006.

TEIXEIRA, E. **O local e global: limite e desafios da participação cidadã**. São Paulo. Ed. Cortez.2001.

WEISBROD, Burton Allen (Ed.). **The voluntary nonprofit sector: An economic analysis**. Lexington Books, 1977.

WILSON,J. Volunteering. **Review of Sociology**. v. 26. p. 215-240. 2000.

YOUNG, D. **Entrepreneurship and the Behaviour of Nonprofit Organizations: elements of a Theory**. En Susan Rose-Ackerman (ed.). The economics of nonprofit organizations: Studies in structure and policy, Nova Iorque: Oxford University Press, 161- 184, 1986.

